# Crédito privado e recebíveis

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O crédito privado tokenizado, em que empréstimos a empresas são originados, financiados e administrados por meio de tokens, cresceu rapidamente em 2024 e 2025 por meio de protocolos como Centrifuge, Maple e Goldfinch e de plataformas institucionais. O token representa uma participação em um empréstimo ou em um pool de empréstimos. O tomador é uma empresa identificável que assinou um contrato de empréstimo regido por determinada lei. Os credores são detentores de tokens que podem ser pseudônimos.

A estrutura jurídica, tanto no direito suíço quanto no de Singapura, é uma participação em empréstimo ou uma securitização. Se o token representa uma pretensão direta contra o tomador, o tomador emitiu um título de dívida, e aplica-se o regime de prospecto da Lei de Serviços Financeiros (FIDLEG/FinSA) ou o regime de debêntures do Securities and Futures Act (SFA). Se o token representa uma participação em um pool administrado por uma plataforma, o pool é um investimento coletivo. Se a plataforma detém o empréstimo e repassa os fluxos de caixa, o token é uma pretensão contra a plataforma. O autor já viu as três estruturas descritas como "crédito privado tokenizado" em um único documento de oferta, de modo que a primeira tarefa é apurar qual delas o cliente construiu. A questão da execução, isto é, como detentores pseudônimos de tokens cobram um empréstimo

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

de um tomador inadimplente, costuma ser resolvida com a nomeação de um agente de garantias ou trustee que detém o empréstimo e atua em nome dos detentores. Esse agente é intermediário financeiro nos termos da Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA) e provavelmente precisará de licença em Singapura.

## A perspectiva de Singapura

Uma Variable Capital Company (VCC, a estrutura societária de fundos de Singapura) que queira manter ativos do mundo real tokenizados em um subfundo pode fazê-lo, desde que seu custodiante consiga custodiar os tokens, seu administrador consiga avaliá-los e seu auditor consiga verificar o vínculo entre token e subjacente. Na prática, isso restringe a VCC a tokens emitidos por instituições reguladas com processos de conciliação publicados. Quanto às próprias quotas da VCC, o fundo pode emitir quotas tokenizadas por meio de um agente de registro que trate o token como instrução de transferência, como fizeram os fundos do Project Guardian. O register of members previsto no Variable Capital Companies Act 2018 continua, porém, a ser o registro prevalente. A Parte M, Capítulo IV, e a Parte P, Capítulo VI tratam da estruturação e da tributação do fundo.

## Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.